



UMA PROPOSTA DE CURRÍCULO FEMINISTA PARA O ENSINO BÁSICO

A FEMINIST CURRICULUM PROPOSAL FOR BASIC EDUCATION

[1] Nathália Daud Pereira / n_daud@hotmail.com.

[2] Leandro Ricardo Alves / leandroricardo0814@gmail.com.

[3] Verônica de Maia Gonçalves Ignácio / veronicademaia@gmail.com.

[4] Tayná de Oliveira Ribeiro / taynaorib@gmail.com.

[5] Paula Catão Grisólia Damaso / paula.damaso77@gmail.com.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Agência financiadora: CAPES

RESUMO: Pensando o vigente cenário político-social onde o feminismo vem conquistando novos corpos e novas vozes e o papel da escola e do educador de se atualizarem frente às diversas mudanças que ocorrem na sociedade, para então cumprirem a tarefa de auxiliarem na formação dos cidadãos, este trabalho visa apresentar o início de um processo que tem por finalidade trazer à consciência, das normalistas do Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP), localizado na Baixada Fluminense, a importância da construção de um currículo feminista para o ensino básico de educação. A elaboração deste projeto surge com base nas pesquisas de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, a respeito da teoria política feminista, que aponta as articulações dos feminismos como fatores de suma importância para atuais reconfigurações sociais e nas leituras de Paulo Freire, onde a escola e o educador são apresentados como agentes que devem instigar a reflexão crítica dos seus sobre a realidade. Com base no diálogo e na observação das atividades pudemos perceber que as reflexões acerca do tema, de fato, carecem de mais atenção por parte desse público, que também se mostra interessado em explorá-lo. Porém, a carência que aqui mencionamos, diz respeito as suas respectivas compreensões sobre a relevância em abordar questões como essa em seus futuros planejamentos de aula.

Palavras-chave: currículo; feminismo; educação básica; arte.

ABSTRACT: Thinking about the current social-political scenario where feminism has been conquering new bodies and voices and the role of the school and the educator to update themselves in the face of the various changes that occur in society, and then to fulfill the task of assisting in the formation of citizens, this This paper aims to present the beginning of a process that aims to bring to consciousness of the importance of the construction of a feminist curriculum for the basic education of the students of the Rangel Pestana Institute of Education (IERP), located in the Baixada Fluminense. The elaboration of this project arises based on the researches of Luis Felipe Miguel and Flávia Biroli, on the feminist political theory, that points the articulations of the feminisms as factors of paramount importance for current social reconfigurations and in the readings of Paulo Freire, where the school is and the educator are presented as agents who should instigate their critical reflection on reality. Based on the dialogue and the observation of the activities we could see that the reflections about the theme, in fact, need more attention from the public, who are also interested in exploring it. However, the lack we have mentioned here concerns their respective understandings about the relevance of addressing issues like this in their future lesson plans.

Key words: curriculum; feminism; basic education; art.



INTRODUÇÃO

Ao pensarmos os desdobramentos políticos e sociais pelos quais a história brasileira perpassa, obrigatoriamente nos voltamos aos movimentos feministas, que ao longo do tempo vêm se mostrando eficazes no que diz respeito às reorganizações cotidianas. O pensamento contemporâneo se constitui, também, das marcas que as reivindicações feministas seguem deixando. Pois, segundo analisam os cientistas sociais Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel, foram as suas destacadas e pertinentes críticas sobre os papéis sociais de homens e mulheres que nos trouxeram ao entendimento de democracia que hoje compartilhamos. A atual compreensão de gênero, raça e classe, dentre outras, também fazem parte do desenvolvimento dos ideais feministas.

E, para o célebre educador Paulo Freire, a realidade vigente, a realidade social deve compor a proposta pedagógica da Escola. Este organismo educacional que, para o autor, deve ter a sua função bem definida para toda a sua comunidade atuante, precisa investir em docentes para que estes compreendam a sua potência existencial no mundo a fim de que sejam capazes de estimular seus educandos a uma percepção crítica de si e da realidade na qual estão imersos. Para tanto, faz-se necessário que a Escola incorpore a sua rotina o estímulo ao respeito, ao cuidado, à escuta de todo tipo de vivência que nela se insere. De maneira que todos compreendam e desenvolvam o viver democrático enquanto seres sociais.

E pensando o conceito de Freire sobre qual deve ser a relação da Escola com a realidade social e os reflexos das críticas político-sociais feministas e as suas contínuas lutas por igualdade, entendemos ser relevante pensar uma proposta político-pedagógica sob uma perspectiva feminista. Com o objetivo de aguçar no educador e educando reflexões e práticas sociais mais justas e igualitárias para com todo o indivíduo. Estando aptos a identificarem e mudarem ações comuns, em si e no ambiente público/familiar, que sejam frutos e promovam preconceitos de gênero e de outras espécies.

Sendo assim, elaboramos uma proposta para desenvolver, junto ao Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP), um pensamento crítico a respeito das nossas possíveis práticas docentes. Fomentando nas educandas do IERP, e futuras educadoras do ensino básico, estruturas de raciocínio que viabilizem a construção de práticas pedagógicas, planos de aula atentos a não utilização de conceitos sexistas, não inclusivos e não igualitários. Promovendo assim, também, o mesmo senso crítico em seus futuros educandos.



A POTÊNCIA DOS FEMINISMOS NAS RECONFIGURAÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS

Ainda que múltiplos os objetivos fins do feminismo brasileiro, o que o caracteriza enquanto movimento difuso devido à variedade de pautas que vêm sendo levantada pelo mesmo ao longo de seu desdobramento (PINTO, 2003), sua interferência direta na estrutura da sociedade nacional com a qual nos deparamos hoje, e pela qual podemos apreciar mudanças históricas que vieram antes nós, é inegável. Das teorias acadêmicas às ações plurais que buscam a normatização de práticas igualitárias entre homens e mulheres na sociedade vigente, os feminismos têm se mostrado cruciais para o pensar e fazer a atualidade. Não à toa, Biroli e Miguel (2014: 17), sinalizam a respeito da importante contribuição da teoria feminista para o universo da política, “como noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia”. Nos fazendo repensar valores e critérios de análise antes naturalizados, a exemplo da dominação masculina para a sobrevivência e avanço da espécie humana. Os feminismos vêm então suscitar “investigações sobre o impacto das desigualdades entre homens e mulheres” (BIROLI e MIGUEL, 2014: 29).

Com a primeira fase do movimento feminista, e suas reivindicações pelo direito à expressão na vida pública, a começar pela autorização legal ao voto e à Educação, pilares da sociedade começaram a passar por um processo de ruptura no que diz respeito a obrigatoriedade da submissão feminina à autoridade masculina. Mas não somente. Desde o princípio das suas articulações pôde-se perceber que ao questionarem as organizações doméstica e, conseqüentemente, social vigentes, outras demandas eram também pontuadas como importantes de serem revistas. Junto às primeiras ideias feministas, ideais abolicionistas e republicanos se desenrolaram no final do século XIX (TELES, 1999). E com a ampliação e o aprofundamento dessas demandas, outras estruturas existentes, no tempo de suas colocações, eram (e seguem sendo) desmembradas.

O sufrágio feminino no Brasil, alcançado em 1932, simbolicamente mostrou que o Estado e a sociedade reconheciam que as mulheres tinham pautas específicas a serem apresentadas, e que a exclusividade da presença masculina nas esferas de poder não estava sendo capaz de defendê-las. Ainda que não seja evidenciado que a representação feminina nesses domínios garanta a elaboração de uma agenda política feminista, a inserção de mulheres, mesmo com menos prestígio social e comumente menor remuneração ao ingressarem no mercado de trabalho, tornou a sua ocupação presente em todos os níveis da Educação, chegando a superar, em quantidade, a de homens nesse espaço. Já a igualdade de direitos conjugais entre homens e mulheres foi sendo determinada pelos códigos civis no decorrer dos anos que seguiram (BIROLI e MIGUEL, 2014).



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

Com o avanço das pautas iniciais feministas, uma nova ordem de pensamento começou a se organizar coletivamente dentro do movimento. Os modos de subjugação da mulher que estavam nas entrelinhas do viver social tornaram-se pontos igualmente fundamentais da agenda feminista. A busca pelo direito às escolhas do próprio corpo, como a sua liberdade e orientação sexual e autonomia reprodutiva, delataram mais uma forma de subordinação a qual vinham, historicamente, sendo impostas. E é na figura e escritos de Beauvoir (2009) que esses novos contornos do feminismo ganham extensa visibilidade. Ela passa a questionar o comportamento social humano. Embrinca o privado e o público, sugerindo que o fazer cotidiano não está relacionado a um impulso natural, antes às domesticações perpassadas ao longo das gerações e com significativas reverberações nas atuações (ou ausência delas) no âmbito coletivo.

Mas, se tratando de Brasil, não podemos deixar de pontuar o impacto que teve o Golpe de 1964 sobre essas movimentações. Que devido às severas repressões do regime militar, tiveram suas agendas de difusão pública enfraquecidas. Uma vez que muitas mulheres foram mortas, outras tornaram-se “desaparecidas políticas” (das quais há as que não se tem qualquer informação até os dias de hoje) e mais outras exiladas (TELES, 1999). Vale lembrar que, estas últimas, ao retornarem - anos mais tarde - trouxeram muitas das críticas político-sociais que estavam sendo difundidas na Europa pelo movimento feminista; que houve participação feminina na luta pela redemocratização brasileira, junto às mais variadas frentes de resistência, reconhecidas pela História e ainda que organizações políticas de caráter extremamente reacionário estivessem ganhando força nesse período, existiram articulações por parte das mulheres que foram relevantes para a história do movimento feminista brasileiro.

As Organizações das nações Unidas (ONU), em 1975, decretou o Ano Internacional da Mulher. O que, no Rio de Janeiro, culminou com o evento de título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” – cujo nome foi pensado justamente para não causar desconforto com aqueles que poderiam vir a recriminá-lo – e a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (PINTO, 2003). A partir do decreto da ONU, as brasileiras feministas passaram a aproveitar a data de 8 de março como um dia marcado para difundirem ainda mais suas contestações. Na década seguinte, 1980, e com a aproximação do fim da ditadura militar brasileira, ocorreu a implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde, este envolvia três temas centrais: planejamento familiar, sexualidade e aborto.

A criação das delegacias especializadas também foram fruto das reivindicações das mulheres e desse mesmo período. Porém, o surgimento desses órgãos não foi capaz de sanar as agressões pelas



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

quais as mulheres vinham sofrendo, mas foi um avanço na medida em que a mulher passou a ser reconhecida enquanto vítima de violência. Ainda, em meio a esse cenário, houve o ressurgimento de jornais - vivos à época dos primeiros sinais de ideias feministas no Brasil - de cunho feminista trazendo questões pertinentes às críticas levantadas pelo movimento. Já os anos de 1990, também são conhecidos por materializarem medidas que teriam por objetivo atender demandas das mulheres reconhecidas como urgentes pelo Estado e sociedade. A criação de ONG's atuantes na alta política e outras nas relações de base (PINTO, 2003), assim como, por meio do governo federal em 2003, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - com status de Ministério - também são relevantes para pensarmos os resultados das ações feministas no país.

Contudo, ainda que pincelemos sobre os dados mencionados, não se tem aqui a intenção de abarcar a historiografia do feminismo brasileiro, tendo em vista uma série de outros escritos - dos quais alguns estão na presente bibliografia - que tem essa finalidade. Mas, propõem-se aqui, embasar uma proposta político-pedagógica a partir da relevância do feminismo na história nacional. Este movimento que reconfigurou as possibilidades de existência da mulher nas esferas público-privada. Uma vez que não há como reposicionar os lugares de atuação das mulheres, nos âmbitos externos aos domésticos, sem reestruturar suas obrigações nos espaços privados (BIROLI e MIGUEL, 2014).

O feminismo trouxe uma nova concepção de justiça às mesas de debate públicas. No entendimento do que ela é e de como deve ser aplicada. Fez emergir pontos da realidade humana que não eram problematizados. As especificidades das realidades das mulheres negras e periféricas seguem ecoando e se tornando mais audíveis ao longo dos anos. As desigualdades de gênero, raça e classe são fatos levados em conta no momento de articular e efetivar políticas públicas. E são questões de urgência construídas dentro das diversas pautas feministas no decorrer desses anos. Sem sombra de dúvidas, ainda há muito o que galgar no que se refere aos direitos das mulheres (das múltiplas mulheres que compõem a sociedade). Muito o que se lutar para manter o que já foi conquistado. Mas há que se olhar para trás e reconhecer que mudanças significativas vêm sendo obtidas para o viver feminino. Liberdades e possibilidades no ser e fazer que antes não lhes eram viabilizadas hoje fazem parte do seu cotidiano.

A partir das perguntas levantadas pelas críticas feministas, um olhar mais apurado sobre a realidade social pôde e segue sendo construído. No que podemos dizer que ela se fez “um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social” (BIROLI e MIGUEL, 2014: 18). Assim, podemos constatar que o pensamento e movimento feminista provocaram significativas infusões sociais, alterando nossas leituras de mundo e modelos de vida.



O PAPEL DA ESCOLA FRENTE ÀS REALIDADES SOCIAIS

Para Paulo Freire, a formação dos docentes é a base para o funcionamento de uma escola de qualidade. Estes que, em ação coletiva com os educandos, podem vir a compreender o seu estar no mundo e, dessa forma, fazer refletir a presença da Escola na sociedade. Por meio da escolha de uma proposta político-pedagógica alicerçada a um pensamento crítico capaz de fazer do olhar do educando um canal criterioso por meio do qual ele percebe a realidade político-social na qual está inserido. Através de um currículo significativo, onde o ensino e a aprendizagem possam se efetivar. Mas, para tanto, faz-se necessário que o educador “não esconda a sua opção política na neutralidade impossível do seu que-fazer” (FREIRE, 2000: 44).

Almejando uma sociedade justa e igualitária, o autor identifica na Escola um corpo competente para promover significativas mudanças sociais por meio de docentes progressistas. Que estejam em constante formação, a partir da compreensão de que são, em todo tempo, igualmente aprendizes. Repensando o currículo escolar com o compromisso deste fazer refletir a realidade. Pois, para ele, a Escola é um espaço para pensar a evidente presença do oprimido e do opressor que há em cada um de nós. Ao que nos convida a libertação das mentalidade e prática opressivas que carregamos, para então irmos na direção da libertação de todo indivíduo. Tanto que afirma: “o meu compromisso é com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação” (FREIRE, 2007: 22).

A proposta é que busquemos, enquanto educadores e educandos, transformarmo-nos, humanizando-nos no exercício da responsabilização pelas necessárias mudanças sociais que devem ser realizadas. Assim, conseqüentemente, transformamos o contexto social. A medida que nos atentamos à realidade comum em um compromisso de agir sobre ela a fim de mudá-la, nos tornamos produtivos participantes da mesma. Pois sem uma educação crítica voltada a tomada de decisões e ao exercício de uma responsabilidade social e política, “é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 1997: 38).

No trabalho para a criticidade do educando objetiva-se a sua percepção do real. Para tanto, deve a Escola ser o lugar onde o diálogo se faz constante. E queremos atentar para esta noção de diálogo. Entendemos que essa troca pode ocorrer de muitas maneiras, mas em todas cabe a entrada do que é diverso, do que não é tradicionalmente ensinado, ainda que vivido largamente longe das normas publicizadas socialmente. E é no exercício do diálogo que podemos perceber a existência do outro, no respeito a sua dignidade, fundamentados na aprendizagem do viver democrático através da



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

experiência na Escola. Despertando, desse modo, a consciência e valor do seu existir entre aqueles que compõem a comunidade escolar.

Visando a ação educativa enquanto possibilidade de transformação do indivíduo e do social a partir do estímulo reflexivo, onde provoca, no indivíduo participante da mesma, a capacidade de problematizar suas próprias relações com o mundo é que acreditamos na importância de envolver recebendo as múltiplas realidades do existir enquanto ser social ao cotidiano da Escola. Dessa maneira, o educando poderá conhecer transitando por experiências outras que, muitas vezes, o seu âmbito familiar não será capaz de lhe proporcionar por sua possível unilateralidade. Mas não circular por outras vivências com o intuito de se socializar apenas, mas de se politizar a respeito de realidades que por vezes não nos atinge. Analisando-a. Pois antes da leitura da palavra, faz-se necessário que aprendamos a ler o mundo de maneira crítica. O que fazemos pelo contato com o outro, na discussão, no diálogo, na convivência com a diversidade. Pois Freire (1997: 52) acreditava que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Desse modo, conscientes da importância da Educação para a conscientização coletiva a respeito das desigualdades - ainda presentes na sociedade - de gênero, as pesquisadoras Vianna e Unbehaum (2006), fizeram um levantamento sobre a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas de educação. Respaladas pela Constituição Federal de 1988 e sua ampla defesa de que todos os brasileiros e todas as brasileiras possuem os mesmos direitos. Trazem, ao longo de seu artigo, a existência da obrigatoriedade legal para a equiparação de gênero no ambiente escolar. Apontam as medidas que orientam a exclusão da discriminação contra a mulher na esfera da educação. No que se refere não apenas a porcentagem que representa a inserção das meninas no espaço da educação básica, mas para a “eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculinos e femininos em todos os níveis e em todas as formas de ensino” (VIANNA e UNBEHAUM, 2006: 410).

As autoras vão afirmar: “a educação não tem sido um campo privilegiado pelas reivindicações do movimento de mulheres, com exceção da luta por creches e pela educação infantil” (VIANNA e UNBEHAUM, 2006: 410). No que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) se propôs a:

Defender a importância de se transmitir valores de igualdade e respeito entre pessoas de sexos diferentes. Alguns trechos utilizam propositalmente meninos e meninas, ao invés de crianças. Defende que meninas e meninos brinquem com as possibilidades relacionadas tanto aos papéis masculinos, quanto femininos, para além da reprodução de padrões estereotipados de gênero (VIANNA e UNBEHAUM, 2006: 413 e 414).



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

O que corrobora na luta das mulheres pelo não reforço do entendimento de determinismos biológicos para justificar comportamentos e capacidades femininas e masculinas, antes evidencia suas razões com base em estímulos sociais. Citam ainda os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental como um importante avanço na adoção de uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais.

Os PCN trazem como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania. Apresentam maior inovação a inclusão de temas que visam resgatar a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a co-responsabilidade pela vida social (VIANNA e UNBEHAUM, 2006: 417).

Reforçam que a utilização exclusiva do masculino em nossa língua para nos referirmos aos dois gêneros simultaneamente endossa a discriminação sexista, devendo então ser este um ponto de análise na Educação. Uma vez que o trabalho, neste espaço, para a igualdade entre meninas e meninos deve ser promovido em todos os aspectos por ser um elemento fundamental da cidadania e do fortalecimento da democracia. E que o Programa Gênero e Diversidade na Escola foi criado no intuito de orientar os docentes para o trato da diversidade em sala de aula, para combater atitudes e comportamentos preconceituosos que tenham sua origem na diversidade de gênero, etnia e orientação sexual.

Elas concluem seu trabalho nos alertando para a urgência de uma revisão curricular que incluía, na formação docente, uma perspectiva de gênero. Sob a justificativa de que “deve-se incluir o gênero como elemento central de todo projeto de superação de desigualdades sociais, como objetos fundamentais de mudanças estruturais e sociais” (VIANNA e UNBEHAUM, 2006: 425).

A FORMAÇÃO DE NORMALISTAS SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Inspirados nas convicções de Paulo Freire a respeito da maneira em que deve se dar a construção da Educação, em sob quais aspectos ela deve estar pautada, e constatando a inegável força da existência das críticas e articulações feministas para a sistematização da atual ordem social, refletimos sobre a importância de termos uma formação docente sob uma perspectiva feminista. E, tendo em vista a oportunidade de atuarmos no Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP), por sermos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) iniciado no segundo semestre de 2018 - sob a coordenação dos professores Aldo Victório Filho e Isabel Almeida



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

Carneiro - nos propusemos a estruturar um trabalho que tivesse essa finalidade. Uma vez que as alunas do Instituto estão sendo preparadas para lecionarem no Ensino Básico de Educação.

Logo, a presente proposição está ocorrendo sistematicamente, no IERP, e tem práticas e reflexões artísticas como o seu fio condutor e o entendimento de que, para se alcançar o objetivo fim, o período de desenvolvimento do trabalho dar-se-á a médio prazo. Para tanto, o projeto foi dividido em três fases: onde a primeira destina-se a colocar essas alunas em contato com os conceitos dos feminismos, a importância de seus movimentos e suas reverberações em nosso cenário atual; a segunda, mostrar que, enquanto futuras educadoras inseridas nessa realidade, faz-se necessário que não negligenciem a esse contexto ao elaborarem seus planejamentos de aula; e terceira, formular, junto a elas, a aplicabilidade desses conceitos em sala de aula, a partir do que se veio construindo nesse processo e, tendo em mente, as análises de Jean Piaget acerca das fases de apreensão cognitiva na infância.

Então, para o início deste trabalho, e concepção da primeira fase, foi proposto a produção de zines. Onde questionou-se o mecanismo capitalista sobre o qual nossas vidas e corpos estão postos, por meio de um massacre de imagens que apresentam padrões estéticos e comportamentais a seguir (GOLDENBERG, 2007). A partir da prática de colagens e verbetes para a confecção da atividade, propôs-se repensar as representações padronizadas dos anúncios publicitários. De maneira a fazê-las enxergar seus corpos enquanto potência, na possibilidade de torná-los autônomos desse mecanismo capitalista, e a relação desse processo com os movimentos feministas e a atualidade. A utilização das técnicas de colagem tiveram como foco fazer as participantes pensarem na diversidade de corpos existentes, ao passo que são expostas às problematizações de gênero.

Mas para tanto, lhes foram apresentadas a prática da atividade, sua história e possibilidades. Posteriormente, o zine, também com suas práticas, história e possibilidades foram mostrados. Em seguida, e finalizando o conteúdo prático desta primeira fase, foram visibilizadas artistas mulheres, como por exemplo a Camila Puni, que se apropriam de colagens e zines para confeccionarem narrativas que contêm suas vivências trazendo a emancipação feminina como protagonista. O material disposto às participantes para a feitura da proposta foi uma variedade de revistas, lápis, linhas e folhas, tesouras, estiletes, colas, borrachas, compassos, agulhas, réguas etc.

Ao término desse momento, uma oficina de verbetes foi iniciada. Buscando capturar o que elas entendem pelas palavras e termos que envolvem os feminismos e as questões de gênero, dando margem para o prosseguimento da exploração da temática e desconstrução de alguns mitos. Objetivou-se, a partir dessas provocações, que ao término dessa construção as alunas desenvolvam



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

um senso crítico mais aguçado no que diz respeito às questões de gênero e a importância destes levantamentos para o pensar a escola e o papel do educador.

Tendo como referência esses contatos iniciais, pôde-se perceber que as reflexões acerca do tema, de fato, careciam de mais atenção por parte desse público, que também se mostra interessado em explorá-lo. Porém, a carência que aqui mencionamos, diz respeito as suas respectivas compreensões sobre a relevância em abordar questões como essa em seus futuros planejamentos de aula. As normalistas presentes nos deixaram perceber que o feminismo, enquanto conhecimento histórico, lhes era familiar. Mas não pareciam associar a responsabilidade que tinham diante desse conhecimento com suas futuras atuações profissionais. Não lhes é claro a potência de uma sala de aula para o exercer a democracia, em todas as suas possibilidades dialógicas, de maneira que possam cooperar para a busca das equiparações sociais de gênero. As demais fases seguem em andamento no momento da preparação do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas colocações deste trabalho, compartilhamos com o entendimento das pesquisadoras Vianna e Unbehaum (2006) de que o desenvolvimento de um trabalho robusto, junto aos docentes, para equipá-los do conhecimento necessário para que consigam lidar com as questões de gênero no ambiente escolar é de suma importância. Isso permite o acesso e debate constante para a eliminação das diferenças existentes, em suas muitas formas de possibilidade e oportunidade, entre o viver masculino e o viver feminino. Já que é no espaço escolar que a experiência política também pode se dar de maneira a tornar todos e todas agentes sociais transformadores de uma realidade que a uns privilegia em detrimento de outros em uma sociedade cada vez mais igualitária e justa.

E é por entendermos que as lutas das mulheres merecem reconhecimento à medida em que estas nos atingem a todas e todos por todas as esferas pelas quais circulamos no país; à medida que admitimos ter uma dívida social com todos os grupos – como os das mulheres - que, ao longo da história, vêm sendo deixados à margem e com menos entradas nas camadas de poder, de tomadas de decisões políticas e por vermos o caminho da Educação como aquele possível de nos transformar a todas e todos, iniciamos esse trabalho no IERP. Que, neste primeiro momento, se mostrou um espaço fértil para a discussão dessas questões. Quando questionadas diretamente sobre o interesse em refletir sobre seus respectivos entendimentos a respeito das possibilidades de atuação dos espaços escolares, dentro de uma perspectiva feminista, se colocaram imediatamente a disposição.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

O que nos leva a perceber que a temática é possível de ser desenvolvida junto a elas, nos fazendo acreditar que podemos colher bons frutos a médio/longo prazo, uma vez que esse é o tempo de trabalho que estamos prevendo ter no Instituto. Do resultado das colagens e zines, observamos que elas já estão, de alguma maneira, em contato com os pensamentos feministas. Mas ainda encontram pouco estímulo no que se refere a aplicabilidade destas considerações em seus trabalhos escolares. A ligação de ideias feministas à composição de projetos pedagógicos. Segundo relatos, o incentivo está voltado mais para uma repetição de fazeres que lhes são colocados do que pensar em uma reformulação curricular.

Outro ponto que merece destaque desse contato é a troca voluntária que houve sobre vivências comuns às alunas da Instituição, especialmente em relação à malícia com que homens encaram seus uniformes, deixando-as desconfortável diante de olhares e falas cobiçosas nas ruas. Sendo assim, almejando uma educação que denuncia a opressão das mulheres e anuncia a sua liberdade, lutemos por um currículo em que sob o ensino dos conteúdos esteja embutida a leitura crítica de sua história. Para sobre ela atuar e transformar ao longo do caminho que se faz caminhando, mas seguros de onde queremos chegar: “uma sociedade menos injusta, menos malvada, mais democrática, menos discriminatória, menos racista, menos sexista” (FREIRE, 1991: 118).

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas a outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

GOLDENBERG, Mirian. *O Corpo como Capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Estação das Letras, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIANNA, Claudia e UNBEHAUM, Sandra. *Gênero na Educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil*. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

